

Complexa Amazônia: por uma manifestação material-ideal da região¹

Sandro Adalberto COLFERAI²

Universidade Federal de Rondônia, UNIR, Vilhena-RO

Resumo

O artigo discute a necessidade se assumir, nos estudos em Comunicação, um conceito de Região que dê conta das novas configurações espaciais, surgidas especialmente a partir da intensificação da presença das novas tecnologias da comunicação e informação nos cotidianos das populações. Ao mesmo tempo, esta abordagem ampliada de Região, que neste artigo toma o caso particular da Amazônia, deve considerar as materialidades e os cruzamentos entre abordagens ideais e aquelas centradas nas características físico-naturais. Tal abordagem superaria os lugares comuns a que são postas as definições de Região, ao mesmo tempo em que pode se mostrar produtiva para o campo da Comunicação, particularmente para a abordagem de objetos de estudos constituídos a partir do cruzamento entre Região em Comunicação.

Palavras-chave: Comunicação; Pesquisa; Região; Arte-fato; Amazônia.

Introdução³

O objetivo deste artigo é discutir a conceitualização de Região, tendo como foco a Amazônia, esta uma das regiões de maior visibilidade no país e mesmo no planeta, mas que ao mesmo tempo é frequentemente abordada a partir de estereótipos ou através de simplismos que a tomam seja como particularização natural, ou como discurso sobre suas particularidades naturais. Especialmente no campo da Comunicação, área em que começam a se multiplicar trabalhos de pesquisa, principalmente de pós-graduação, o conceito de Região pouco tem sido problematizado, de maneira que a Amazônia é tomada a partir de lugares-comuns, como pulmão do mundo, natureza exuberante, e populações tradicionais, que ao cabo são apresentados como justificativas para a construção de objetos de pesquisa na Amazônia. Problematizar, então, o conceito de Região, surge como necessidade para avançar na densidade dos trabalhos em Comunicação realizados na e sobre a Amazônia.

De início é preciso reconhecer que a constituição da Amazônia como região se faz num processo de particularização em que estão implicados discursos das mais diferentes ordens, e a percepção de que espaços físicos são colocados sob determinações abstratas. A

¹Trabalho apresentado no GP Mídias, Culturas e Tecnologias Digitais na América Latina do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia, professor do curso de Jornalismo, na Universidade Federal de Rondônia, UNIR, campus de Vilhena. Membro do Grupo de Pesquisas em Processos de Comunicação, Pespcom (UFPA). E-mail: <sandrocolferai@gmail.com>.

³ Este artigo é uma versão revisada e ampliada de parte da tese *Um jeito amazônica de ser mundo - A Amazônia como metáfora do Ecosistema Comunicacional: uma leitura do conceito a partir da região*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, PPGSCA-UFAM, em outubro de 2014.

Região Amazônica não é uma, mas várias, pois convivem no espaço apresentado sob uma pretensa homogeneidade as mais diferentes temporalidades, diversidades de práticas sociais cotidianas e distintas espacialidades. Há uma Amazônia holística que quando vê “[...] a caça e a água fugindo [...] vê fugirem os espíritos”, e “Há a Amazônia da natureza dessacralizada, pobre de espíritos” (GONÇALVES, 2005, p. 9-10). E entre e para além destas duas visões da região há uma infinidade de matizes necessárias de serem consideradas e pensadas. Entre as concepções mais correntes do que é a Amazônia estão a presença constante e intensa da natureza como elemento a ditar condutas cotidianas; as populações tradicionais, sejam as indígenas ou caboclas; as crescentes influências de discursos externos à Amazônia, o que é possível nas últimas décadas graças aos avanços e maior presença na região de tecnologias de transportes e comunicações; e a crescente urbanidade numa região reconhecida, em grande medida, pelos discursos de isolamento e atraso a ela dirigidos.

A Amazônia é tudo isso, mas não somente isso, como também não é a simples soma destes elementos, assim como não é uma unidade. Esta região exige uma visão complexa! É heterogênea e plural, e nela as multiplicidades rizomáticas são constantes. É o que nos mostram, por exemplo, as comunidades indígenas urbanas de Manaus (BERNAL, 2009), as cidades-floresta do Marajó (PACHECO, 2006), os Cinta-Larga de Rondônia e os Ashaninka do Acre que com particular desenvoltura atuam com aparatos contemporâneos de comunicação (COSTA, 2012), e os filhos de imigrantes que mantem tradições ligadas às práticas culturais sulistas no interior de Rondônia e em Centros de Tradições Gaúchas existentes por toda a Região Norte (HAESBAERT, 1996; COLFERAI, 2009), todos atravessados pelas experiências cotidianas da vida na Amazônia e por discursos – quase sempre colocados em circulação e em contato pelo Estado – dos meios de comunicação que apresentam uma releitura homogeneizadora da região.

Paisagem ou espaço amazônico?

As ligações com a natureza, que hora precisa ser preservada, hora subvertida, são elementos fundamentais para compreender as relações que se estabelecem de maneira dinâmica e são atravessadas pelas relações sociais, pelo meio natural e pelas percepções de narrativas e de discursos que circulam pelos suportes oferecidos pelas tecnologias da comunicação e informação. Se em larga medida a Amazônia ainda é uma esfinge a ser decifrada, tal como enunciava Djalma Batista há quatro décadas (BATISTA, 2007[1976]), a

metáfora não parece mais possível em sua totalidade, pois não se trata de uma esfinge que, como a mitológica, lança o desafio que não solucionado levava-a a devorar quem fosse incapaz de encontrar a resposta. A esfinge amazônica é autofágica, devora a si mesma e regurgita novos desafios aos complexos de questões-respostas que a atravessam, e o que antes apontava soluções é só mais um dos elementos a compor questionamentos.

As noções mais difundidas, mesmo que não sejam unânimes, apontam para concepções de região como demarcação geográfica caracterizada pela descontinuidade, uma delimitação no contínuo que é o espaço terrestre, o que leva à necessidade de uma classificação a fim de alcançar a particularização que dê conta de apartar uma determinada porção espacial de outra. Assim, somente na relação com outras demarcações espaciais é possível destacar uma região. Uma analogia do estabelecimento de regiões pela Geografia pode ser feita estabelecida com a periodização do tempo realizada pela História, como aponta Haesbaert (2010b). A proximidade entre uma e outra demarcação é evidente ao ponto de haver intersecções entre elas nas conceituações de região e de período histórico. Trata-se de recortes de tempo e de espaço com imbricações que podem configurar não um ou outro tipo de demarcação, mas escalas espaço-temporais (HAESBAERT, 2010a). Desta perspectiva qualquer abordagem passa pelo exame dos processos de regionalização em que a região “[...] deve estar sempre articulada em análise centrada na ação dos sujeitos que produzem o espaço e na interação que eles estabelecem, seja com a ‘primeira’ (cada vez mais rara, como já reconhecia o próprio Marx), seja com a ‘segunda’ natureza” (HAESBAERT, 2010a, p. 24-25).

Debruçar-se sobre as particularidades da Amazônia frente a outras regiões pressupõe uma abordagem que considere as características locais, tanto aquelas identificadas com o ambiente natural como aquelas de um ambiente naturalizado pelo homem. Nesta percepção o ambiente amazônico se impõe, especialmente as florestas e os rios que dominam a paisagem e o ideário do que é a região, pois mesmo as porções da Amazônia brasileira não caracterizadas por este ambiente são por ele influenciadas, tanto nas condições físicas e climáticas, como nas ações do Estado que tanto negam como estendem a floresta como cobertura homogênea de toda a Região Norte (COLFERAI, 2013). A paisagem e o espaço amazônicos, no entanto, não podem ser tomados como sinônimos, apesar de serem mutuamente influentes. Na definição de Milton Santos (2006) *paisagem* e *espaço* são por princípio diferenciados, o que leva em consideração as interpretações dadas pelas sociedades ao ambiente a que estão ligadas e aos demais lugares com os quais tem algum

tipo de contato ou que colocam sob interpretação. A *paisagem* é transtemporal, uma vez que nela convivem passado e presente, e se refere ao conjunto real-concreto, numa relação transversal; ao seu turno o *espaço* é presente, horizontal e sempre único.

Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos. Por isso, esses objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, de significação, de valor sistêmico. A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável: o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente. (SANTOS, 2006, p. 67)

Numa imagem, se toda a vida humana existente em determinada porção do globo terrestre fosse dizimada isso significaria também o fim do espaço, e o que restaria seria apenas paisagem. A diferenciação entre paisagem e espaço coloca a questão da relação entre *sociedade* e estas categorias. Na abordagem de Santos esta relação é possível de ser realizada somente entre sociedade e espaço, uma vez que este se caracteriza pelo presente histórico, lugar de atuação das sociedades. A paisagem, que aglutina passado e presente numa imagem imobilizada, seria instrumento para as ações determinadas da sociedade no seu espaço de atuação. Ao agir sobre o espaço a sociedade não estaria agindo sobre realidades físicas, mas sobre realidades sociais, sobre objetos sociais valorizados.

Ao cabo a sociedade está agindo sobre ela mesma, como lembra seguidamente Santos (2006), e não sobre a materialidade exclusivamente. Age sobre objetos que tem significação social a fim de alcançar novos significados – além de novos usos, estes também com significados sociais. É assim que, na interpretação oferecida a partir de uma visão dialética, somente é possível haver relação entre sociedade e espaço, este organizado a partir das significações oferecidas pela sociedade, e jamais entre sociedade e paisagem, uma vez que esta diz respeito ao real-concreto, ao efetivamente existente independente das traduções realizadas pela sociedade.

Ainda nesta concepção apresentada por Santos, o espaço surge como sinônimo de natureza, mas já uma segunda natureza, tal como preconizado por Marx, uma instância transformada, uma vez que o espaço é construído socialmente. Esta noção de espaço é fundamental para o conceito de *território*, também apresentado por Santos (1998, 2006), este o lugar onde se desenrolam as dinâmicas acionadas pelo capitalismo internacional, ou seja, o território pode ser tomado como o teatro onde se desenrolam as ações da sociedade. Trata-se de uma abordagem dialética da noção de território, pois se território no princípio da história humana era tomado desde suas características físico-naturais, passou

paulatinamente e abrigar também as intervenções humanas como critério para sua constituição:

À medida que a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades etc; verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada. (SANTOS, 2006, p. 39)

Esta tendência de negação da *natureza natural* talvez possa ser posta na lista de equívocos da humanidade, uma vez que aparta o ser humano do ambiente do qual inegavelmente faz parte. Ao ser humano, ao enxergar a si como elemento separado do restante do ambiente, passa a haver a possibilidade de intervenção na natureza a fim de atender demandas que mais respondem às determinações sociais do que às necessidades naturais da humanidade.

Neste ponto é necessário fazer nova diferenciação, agora entre território e região, ou territorialização e regionalização. Para Haesbaert (2010a, p. 169), o uso predominante destes dois termos faz com que se liguem a interpretações opostas, levando à distinção daquilo a que se referem. A conotação mais corrente de *território* liga o termo a práticas e a sujeitos concretos, e à esfera concreta da produção do espaço. Por sua vez *região* estaria associada a recortes analítico e epistemológico, quase sempre postos sob determinações do investigador, ou então de instituições que planejam ações sobre determinado espaço. Estas interpretações distanciam as noções de território e região uma da outra, em princípio tornando também distantes as possibilidades de integração.

Ao se privilegiar a concepção de território põem-se em foco as questões sociais e a dimensão política, o que se aproxima da ideia de lugar em que se articulam relações sociedade-espaço, ou mesmo focaliza-se o campo subjetivo-simbólico, aqui com destaque para preocupação com as representações e com as identidades sociais. Já a região, ligada a um recorte analítico-metodológico, responde a questões de diferenciação espacial de maneira a ser capaz de oferecer instrumental à abordagem, ao controle e à produção e significação do espaço pelos sujeitos sociais (HAESBAERT, 2010a, p. 170-171).

A superação das dualidades presentes na definição destes diversos conceitos pode se dar a partir de uma perspectiva integradora, que mesmo admitindo a existência de uma “constelação de conceitos”⁴ não ignore as distinções e se coloque no entre-lugar aberto

⁴ Haesbaert remete a Deleuze e Guattari (1992) ao se referir à constelação de conceitos, ou uma quantidade relativamente grande de definições acionadas a fim de dar conta de ideias sobre temas determinados, mas que somente a partir do cruzamento de diferentes conceitos podem ser explicitadas (HAESBAERT, 2010a, p. 157-158).

pelos conceitos acionados. *Região* seria então a categoria intermediária “[...] entre a categoria mestre, o espaço, e esses conceitos mais diretamente vinculados ao mundo das práticas – sejam elas políticas, econômicas e/ou culturais” (HAESBAERT, 2010a, p. 179).

Amazônia, região Arte-Fato

Na esteira do que propõe Haesbaert uma abordagem complexa da Amazônia como região deve deixar para trás posturas dicotômicas na abordagem da Amazônia de maneira a deixar distante posições que consideram de um lado um mundo exterior, apartado da existência humana, e de outro construções teóricas subjetivas que tomam primordialmente idealizações sobre o espaço vivido. Para isso é preciso atenção para não recair em visões idealistas, ao mesmo tempo em que é necessário não se render a leituras voltadas exclusivamente para fatos da natureza. Na posição aqui proposta os extremos são lugares perigosos para estar, de maneira que não se trata somente de “[...] uma forma de interpretar, mas também de criar, e que fato e interpretação, [...] não devem ser dissociados” (HAESBAERT, 2010a, p. 116).

Nesta perspectiva os conhecimentos locais e ordinários são fundamentais na abordagem da região. No entanto, é comum que a região como fato concreto percebido pelos saberes ordinários acabe por ser minimizada em favor da região como construção teórica. A raridade com que estas duas noções são aproximadas vai de encontro à abordagem complexa. Para avançar rumo à superação dos dualismos é necessário considerar as multiplicidades apresentadas a partir, por exemplo, do espaço e da natureza, das fronteiras naturais e simbólicas, das sociedades amazônidas e das relações que estas sociedades mantêm com o meio físico que ocupam, além dos conteúdos internos e externos à Amazônia postos em circulação pelas tecnologias da comunicação e informação.

No contexto amazônico não podem ser ignoradas, por exemplo, as vivências tradicionais que buscam espaços nas principais cidades da região, como é o caso de Manaus, cidade que com mais de dois milhões de habitantes tem milhares de palafitas nas margens dos inúmeros igarapés que a recortam, onde são mantidas práticas das populações ribeirinhas numa lembrança de que é uma metrópole no meio da floresta. As casas erguidas sobre estacas fincadas nos leitos dos igarapés são a indicação da acoplagem⁵ do homem com a natureza, mas também de relações sociais que não se dão mais em meio à floresta, mas nas suas bordas e cercadas por ruas e prédios. A aparente confusão e contradição que

⁵ O termo *acoplagem* é aqui tomado em um sentido particular, tal como explicitado por Maturana e Varela (1995).

se revela aos olhos de quem vê este arranjo pela primeira vez, aos poucos apresenta uma estética própria, de encaixes e penetrações. Neste encontro saltam à vista as antenas de televisão, reveladoras de outro acoplamento, que coloca em contato o local-material com o global-virtual mediado pela tecnologia.

Para esta abordagem complexa parece ser produtivo o conceito de *Região Arte-Fato* (HAESBAERT, 2010a), por permitir romper com dualidades entre posições realistas. Ao propor o termo arte-fato Haesbaert argumenta que se trata de entender a “[...] região não simplesmente com ‘fato’ (concreto), um ‘artifício’ (teórico) ou um instrumento de ação, mas da região como ‘artefato’, tomada na imbricação entre fato e artifício, e de certo modo, também, enquanto ferramenta política” (HAESBAERT, 2010a, p. 109)⁶. Não se trata de recusar abordagens já estabelecidas, mas de agregar diferentes interpretações sob perspectivas múltiplas. Admite-se o conceito de região como sendo um construto ideal-simbólico voltado para abordagens teóricas dos espaços e das identidades a partir do espaço vivido, e também se concebe a região material-funcional a partir das práticas econômico-políticas com que as parcelas de uma sociedade constroem de maneira desigual e diferente seu próprio espaço.

A Região Arte-Fato tem como fundamento as noções de *diferença* – que se subdivide em diferenças de natureza e diferenças de grau – e *multiplicidade*⁷, apresentadas por Henry Bergson. “Ao nos reportarmos a Bergson é interessante lembrar que [...] devemos trabalhar sempre a regionalização dentro desse amplo *continuum* entre diferenças de grau e diferenças de natureza” (HAESBAERT, 2010a, p. 132). Mas, há um sentido particular da apropriação das ideias bergsonianas por Haesbaert (2010a), de maneira que uma e outra noção de diferença dependem do contexto, pois se referem ao espaço que em momento algum é tomado como homogêneo e discreto. Esta maneira de interpretar e viver o espaço pode ser vista como uma compreensão espaço-tempo da região, e leva a um aparente paradoxo, pois o espaço é cada vez mais fluido e mais fragmentado “[...] uma vez que as próprias redes têm como uma das suas características o ‘não preenchimento’ do espaço no seu conjunto, intensificando assim, também, as descontinuidades espaciais” (HAESBAERT, 2010a, p. 133).

É assim que a abordagem da região como Arte-Fato ultrapassa as noções de homogeneidade e coesão regional tão presentes ao longo do século XX. Há a admissão da

⁶ Haesbaert admite dois formatos para o termo que propõe, *artefato* ou *arte-fato* (HAESBAERT, 2010, p. 110). Para dar destaque no corpo do texto opto por arte-fato, com hífen.

⁷ O conceito de multiplicidade é acionado a partir de Henry Bergson (1972) e Deleuze e Guattari (1995a).

existência de desarticulações espaciais, o que denota a atenção que deve ser dada aos espaços contemporâneos, que na maior parte das vezes se organizam muito mais pela sua dispersão do que pela coesão. Trata-se de espaços fragmentados, em que a exclusão – seja ela institucionalizada ou não – se apresenta como elemento para a produção destas desarticulações. Fato fundamental é que a coesão ainda assim se mantém, mas agora prescinde de uma articulação necessariamente ligada à continuidade espacial. Trata-se de uma nova relação para a constituição da região, muito mais complexa e que se dá não somente pelo aspecto funcional, mas também – e, não raramente, principalmente – pelo simbólico, isso quando um não está a serviço do outro. É isso que pode ser visto quando há simbolismos regionais “[...] forjados com a clara intenção de ‘vender’ a imagem da região ao grande capital, aos grandes investidores, em eficaz *marketing* das regiões” (HAESBAERT, 2010a, p. 136).

Gondim (2007) discute as imagens que foram coladas à Amazônia desde o século XV. São imagens e narrativas surgidas em outros lugares mesmo antes dos primeiros exploradores europeus chegarem ao estuário do rio Amazonas. A América para os navegadores representava o absolutamente novo e por ser desconhecido o continente passou a ser o lugar para onde se transferiram os medos e sonhos que perdiam espaço em outros lugares do mundo: conforme o europeu se movia para explorar o planeta, o fantástico também se deslocava. É assim que desde o princípio do contato com a Europa a Amazônia é o lugar do maravilhoso e do horrendo, é inferno e paraíso a depender de quem narra e porque narra a região. A América e o ameríndio tornaram-se a mistura de narrativas outras, ouvidas em outros lugares, “[...] quase uma transferência [...] uma alusão à natureza monstruosa do ‘selvagem’, de seus costumes ‘bárbaros’, fundidos – homem e besta – no mesmo espaço familiar” (GONDIM, 2007, p. 70). A ficção e uma convicção em torno da Amazônia como manancial para descobertas científicas mantêm nos nossos dias a atenção maravilhada à região, com um sempre presente “[...] anseio de permanência da exuberância da floresta [...]” que “[...] o olhar do homem moderno rejuvenesce” (GONDIM, 2007, p. 329).

Foi assim com o relato do frei Gaspar de Carvajal, que enxergou nas margens do grande rio as lendárias amazonas gregas, e com pessoas como o padre austríaco, a serviço da Espanha, Samuel Fritz, no século XVII; com o francês Charles Marie de La Condamine, no século XVIII; com o naturalista português Alexandre Rodrigues Ferreira, que empreendeu a Viagem Filosófica pela Amazônia entre 1783 e 1792, e que teve como

principais referências – ao tratar dos povos que encontrou – as ideias do naturalista francês Conde de Buffon, sobre as variedades da espécie humana; com o casal Louis e Elizabeth Agassiz, em meados do século XIX, que relata a experiência de viagem ao Brasil e especialmente à Amazônia com uma perspectiva essencialmente feminina, tratando das percepções da paisagem e dos fatos humanos; e com diversos outros importantes personagens das ciências, principalmente europeus, entre os séculos XVI e XIX, responsáveis pelas visões de um mundo de possibilidades, perigos e riquezas que realiza a imaginação do outro nas terras distantes da Amazônia (PINTO, 2008).

Nessa perspectiva queremos sugerir que o processo de formação do pensamento que construiu a Amazônia, como um espaço natural e cultural, vem ao longo desses cinco séculos produzindo e continuamente reinventando, a partir de um conjunto relativamente limitado de idéias, as percepções que se tornaram as mais persistentes, dentro certamente do quadro mais amplo e diversificado da geografia do Novo Mundo. (PINTO, 2008, p. 13)

Se há um traço comum possível de ser apontado entre relatos de viagens, romances e filmes, este é a natureza exuberante, que se converte no ponto de partida das ideias e narrativas sobre a Amazônia. E deste ponto inicial passam a se organizar as sociedades ocidentais que ocupam a região. As populações endógenas são, numa relação contraditória e complementar, obstáculo e apoio às ideias e ações sobre o espaço. Daí resultam concepções sobre a natureza, numa circularidade em que não é mais possível distinguir natureza e sociedade, a construção simbólica do material-funcional.

É nas intersecções entre o ambiente e os discursos sobre o ambiente que se constrói a ideia de uma Região Arte-Fato, e para isso três operações são acionadas. A primeira delas é *a região como produto-produtora dos processos de diferenciação espacial*, que deve ser tomada tanto no sentido das diferenças de grau quanto das diferenças de natureza, e ainda nas diferenças discretas e nas contínuas. A *região como produto-produtora das dinâmicas concomitantes de globalização e fragmentação* se coloca nas diferentes combinações e intensidades, com a necessidade de se considerar as redes de coesão regional, os níveis de articulação e desarticulação ou fragmentação dos espaços regionais em sentido amplo. A outra percepção volta-se para a ação do Estado, de empresas e das mais diferentes instituições que articulam a *construção da região através da atuação de diferentes sujeitos*

sociais. Isso tem influências nas lógicas espaciais e ainda na “i-lógica”⁸ e nos processos de exclusão e precarização socioespacial (HAESBAERT, 2010a, p. 110).

Neste sentido, ainda que centralizemos nossa análise sobre os sujeitos sociais, por maior que seja seu poder, eles nunca poderão abdicar de seu atrelamento aos condicionantes “naturais” diante dos quais se situam e com os quais articulam sua espacialidade. (HAESBAERT, 2010a, p. 193)

No conjunto é necessário compreender que estas operações podem ser exemplificadas quando volta-se a atenção para os contrastes possíveis de serem apontados entre as diferentes regiões dentro da Região Amazônica. É o que ocorre entre uma Amazônia tradicional, aquela da calha dos grandes rios – esta também longe de ser homogênea – e a Amazônia das estradas, ocupada a partir da segunda metade do século XX, e ainda a Amazônia citadina, com grandes cidades e áreas rurais imersas em lógicas próprias do urbano. É esta Amazônia contrastante, em que as contradições não só se opõem, mas que pelas aproximações se complementam, que admite a relevância do ambiente na composição da região sem negar a ação humana. Este tensionamento entre os atores humanos e o ambiente natural é visível nas mais diferentes angulações que se possa fazer da Amazônia.

Uma Amazônia material-ideal para a Comunicação

Exemplar das relações materiais-ideais na Amazônia são os ciclos dos rios amazônicos, determinantes para a vivência de ribeirinhos e para uma população que se espalha pelas margens que avançam e recuam, seja nas cidades, em pequenas comunidades ou mesmo em lugares isolados. A água que nas cheias faz avançar as margens foi – em décadas anteriores muito mais do que atualmente – sinônimo de fertilidade, pois deixava os “[...] barrancos e as praias adubados durante a cheia, que espalhou naqueles solos, no derradeiro fluxo, a porção de vaza e toda a sorte de detritos ricos em matérias minerais e orgânicas” (TOCANTINS, 1973, p. 110). Na linguagem dos ribeirinhos que atuam⁹ com o ambiente surgem nomes específicos para as ações da natureza, como os repiquetes¹⁰: são os

⁸Ao se referir à “i-lógica” Haesbaert (2010a) aponta especialmente para as lógicas comerciais que envolvem conglomerados comerciais com atuação em diferentes países e continentes, mas não parece pensar exclusivamente neles, mas também nas relações das mais diferentes ordens que se efetivam com o suporte da rede mundial de computadores, com motivações e ordenamentos próprios, mesmo que não se detenha numa explicitação do termo.

⁹A partir deste ponto a ideia de *atuação* é empregado num sentido particular, seguindo as proposições de Varela (VARELA, THOMPSON, ROSCH, 2001), em que ao invés de agir sobre o ambiente o ser humano atua junto com o ambiente.

¹⁰ Trata-se da subida repentina do nível das águas durante o período de vazante em função de chuvas nas cabeceiras dos rios, o que causa um aumento inesperado do volume de água justamente no momento em que o rio começa a secar logo depois do período de cheia. Se considerarmos que as populações ribeirinhas fazem o plantio de roças nas áreas de várzea e

lava-praia ou os *mata-feijão*, que arrastam o que foi plantado e mantém em suspenso o sucesso da colheita. A água sobe tão rápido quanto abaixa, “[...] como se o rio se divertisse em malfazer a gente obstinada do vale” (TOCANTINS, 1973, p. 112), num jogo de incertezas que cobre o espírito daqueles que habitam os barrancos dos rios, e veem a natureza reafirmando sua ascendência. É a mesma natureza que proveem alimentos nas colheitas de ovos e na viração¹¹ de tracajás e tartarugas, e na caça das capivaras que servem de alimento, mas também podem destruir as melancias plantadas e o milharal já em espigas.

Para proteger as plantações o homem prepara um espantalho que será o vigia das plantações e figura que atende tanto à cultura que nasce no solo como aquela que se espalha para o dia-a-dia nas margens dos rios: “[...] o engenho e a arte do seringueiro criam a figura grotesca e estimada, caricata e fantástica do judas de praia. É o espantalho feito do arremedo de uma cruz de paus silvestres, enfiada na terra” (TOCANTINS, 1973, p. 113). O judas é figura que recebe significações a partir das imposições naturais e surge das vivências cotidianas demandadas pelos necessários acoplamentos com o meio em que vive este homem, com e na natureza em constante recursividade. São releituras de práticas de cultura chegadas à Amazônia de outros lugares e que passam pelas demandas materiais que fazem das águas caminhos naturais em meio à floresta densa, para onde também convergem os simbolismos acionados para dar sentido social à vida. É uma manifestação desses encontros o que vê Euclides da Cunha ao olhar para os judas que deixam as praias no Sábado de Aleluia, “único dia feliz”, como imagina com seu olhar estrangeiro (CUNHA, 2003, p. 120). Numa “[...] jangada de quatro paus boiantes [...]” o “[...] judas feito Asvero, vai avançando vagarosamente para o meio do rio” (CUNHA, 2003, p. 123) e junta-se a outros judas-espantalhos “[...] acompanhando a correnteza, que se retifica na última espira de remansos – lá se vão, em filas, um a um, vagarosamente, processionalmente, rio abaixo, descendo...” (CUNHA, 2003, p. 126). Descem pelo caminho de águas que é ao mesmo tempo permanência e mudança na lentidão própria dos rios da planície amazônica.

O rio, que liga e separa, é a constante diante das mudanças por que passam as sociedades amazônicas principalmente ao longo do século XX. As dinâmicas da contemporaneidade se impõem em larga medida nas cidades, mas isso não faz desaparecerem as demandas naturais na região. As cheias periódicas no inverno amazônico

deslocam suas casas conforme avançam e recuam as margens dos rios, uma cheia repentina, mesmo que de curta duração, causa transtornos consideráveis, mas não incomuns.

¹¹ Durante o período de postura de ovos de tartarugas e tracajás nas praias formadas pelos bancos de areia dos rios na vazante, o ribeirinho aproveita para fazer a caça destes animais e colher os ovos depositados por eles em covas na areia. A viração, realizada quase sempre durante a noite, é o ato de virar os animais de costas para que não possam se mover, o que significa tê-los capturados para depois usá-los como alimentos.

alteram os cotidianos, mas não são mudanças que provocam necessariamente estranhamentos ou mesmo transtornos para as comunidades que atuam com o meio. É o que acontece na cidade de Óbidos, no Pará, em que as cheias do rio Amazonas fazem as águas invadirem ruas, lojas e casas sem que isso seja considerado uma excepcionalidade. Os moradores, acostumados com a elevação do rio, encontram modos de conviver com ela ao construir as marombas¹² sobre as quais colocam mercadorias, móveis, e transformam em passarelas para se locomoverem pelas ruas alagadas. “Com as marombas se estabelecem as novas ruas da cidade, ou seja, interconectam-na novamente por cima da água. Quando a água chega ela cria ilhas dentro da cidade que pelas marombas se reconectam” (MIRANDA, 2013, p. 113). Longe de ser uma dinâmica presente apenas em cidades do interior da Amazônia mesmo em Manaus, durante cheias do rio Negro, as marombas estão presentes nas ruas.

E os acoplamentos se dão das mais diferentes formas, como se pode ver na cidade de Afuá, no arquipélago do Marajó, no Pará. A cheia, que para muitos é tomada como um transtorno, em Afuá é comemorada pelos moradores que se juntam para brincar na água que sobe: “[...] o que se vê nas ruas é um clima de festa. Pessoas de todas as classes sociais e idades, embora com maior participação de crianças e jovens, correm para as ruas para aproveitar a chegada da enchente. ‘Chutam’ a água, se jogam nas estivas, nas quadras, brincam nas ‘praias de tábuas’” (SIMÕES, 2014, p. 48). A cidade toda é construída sobre palafitas e marombas, ao ponto de carros não poderem circular e os moradores adaptarem bicicletas para que façam o transporte de famílias inteiras¹³. É a atuação do humano junto com o ambiente, com ações e adaptações que não tendem a subverter o natural, mas viver e conviver com ele, o que ainda torna possíveis outras conexões. Esta característica de Afuá é também uma de suas principais atrações para turistas: a possibilidade de conhecer uma cidade sobre as águas, a “Veneza marajoara” (SIMÕES, 2014, p. 37).

Há um claro contraste intrarregional entre esta Amazônia tradicional e aquela das populações que aportaram na região ao longo das décadas de 1970 e 1980, sob o forte incentivo estatal, como colonizadores agrícolas. Nesta Amazônia em que a estrada substituiu o rio, não poucas cidades ribeirinhas voltam as costas para as águas, tornando

¹² As marombas são andaimes de madeira construídos nos períodos de cheia para que pessoas e mesmo animais e utensílios possam permanecer sobre as águas. São comuns em todas as áreas de várzea na Amazônia e em muitos casos a administração pública de cidades afetadas disponibiliza madeira para que as populações possam construir suas marombas, como ocorre em Óbidos (MIRANDA, 2013).

¹³ Simões e Pacheco (2013) descrevem estes veículos adaptados como duas bicicletas postas lado a lado e ligadas por armações de ferro, sobre as quais são postos bancos e carenagens das mais diversas, ao ponto de se assemelharem a pequenos carros, mas movido a pedais. Em Afuá estes veículos são usados como ambulâncias, taxis e mesmo para o combate a incêndios.

outras as percepções dos ciclos da natureza. Exemplo disso é o que se pôde ver em Rondônia e no Acre no primeiro semestre de 2014. Neste período o rio Madeira atingiu a marca de 20 metros de profundidade, um recorde histórico. Com isso alagou vários trechos da BR-364 e causou desabastecimento no estado do Acre, que tem na rodovia sua principal ligação com o restante do país. Este mesmo estado no princípio do século XX era alcançado exclusivamente por rios como o Purus e o Acre, a partir do rio Amazonas, o que leva à constatação das alterações no tecido social que surgem de acordo com a presença de condições materiais outras, estas devedoras de ações sócio-históricas.

Com as cheias tornam-se evidentes as ligações e mútuas perturbações¹⁴ entre o local e o global, entre natureza e sociedade, e as diferentes atuações entre o ser humano e o ambiente em distintas partes da Amazônia. Inserida no circuito financeiro internacional a demanda industrial por energia elétrica motiva a construção de usinas e impacta populações ribeirinhas, o que atrela o local ao global e torna visíveis as atuações entre o humano e o ambiente, sem que estas atuações possam ser restringidas a espaços determinados.

A Amazônia que dá as costas para o rio e volta-se para a estrada é ainda mais evidente na extensa faixa em semicírculo, constituída a partir da década de 1970, que se estende entre os estados do Acre e Maranhão. Trata-se de uma fronteira ao sul da Amazônia caracterizada pela presença de migrantes das regiões Sul e Sudeste brasileiras que mantêm ligações com suas regiões de origem.

É esta característica populacional que leva a processos de diferenciação do restante da Amazônia e a identificações internas, ao mesmo tempo em que produz dinâmicas de integração com outras partes do planeta, principalmente após o estabelecimento de relações comerciais com outros países para a exportação de carne bovina e grãos.

Ao mesmo tempo em que produz processos de diferenciação e dinâmicas de globalização esta área de migração agrícola, por outras dinâmicas e processos, é produzida como descontinuidade espacial dentro da Amazônia, especialmente se considerarmos que em Roraima, no extremo norte, há relações entre migrantes sulistas semelhantes àquelas presentes em Rondônia (SOUZA, 2001). Nas relações, mas também na condicionante natural em que se converte a distância física do lugar de origem, acaba-se por construir uma região, mesmo que tendo uma de suas ancoragens na atuação dos sujeitos sociais identificados entre si pelo reconhecimento de práticas culturais exógenas ao lugar que habitam. Neste processo por certo o imigrante torna-se um amazônida diferente das

¹⁴ Aqui perturbações tem um sentido particular, tal como proposto por Maturana e Varela (1995), e em Varela (1998). Trata-se de modificações causadas pelo humano ao ambiente, e vice-versa, que levam a adaptações de um e outro.

imagens mais tradicionais, fruto de uma diáspora que, como aponta Hall (2006, p. 393), não permite aportar no lugar de destino, mas também não deixa voltar para a origem, agora para sempre idealizada. Uma dinâmica que, mesmo imersa em contradições e descontinuidades, é constituinte da Amazônia!

São as ampliações e complexificação de uma visão tradicional do que é a Amazônia, em particular, e de regionalizações, em geral, que precisam necessariamente ser consideradas quando se realiza a abordagem de objetos de pesquisa desde a Comunicação. Ignorar as multiplicidades que atravessam a constituição de regiões, e abordá-las lançando mão de visões tradicionais e/ou parciais, pode fazer com que estes objetos não sejam plenamente explicitados e problematizados. Ao mesmo tempo, é preciso considerar que ao acionar uma abordagem da Região que a considera também em sua materialidade, tem o potencial de fazer surgir problematizações outras que não são comumente alcançadas quando se trabalha exclusivamente com a região como idealização.

Referências

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia**: análise do processo de desenvolvimento. 2. ed. Manaus-AM: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.

BERGSON, Henri. La percepcion del cambio. _____. *In: El pensamiento y lo moviente*, 1ª e 2ª conferencias. Trad.: Héctor Alberti. Buenos Aires-Argentina: La Pléyade, 1972.

BERNAL, Roberto Jaramillo. **Índios Urbanos**: processo de reconformação das identidades étnicas indígenas em Manaus. Manaus-AM: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

COLFERAI, Sandro Adalberto. **Jornalismo e identidade na Amazônia**: as práticas culturais legitimadas no jornal Diário da Amazônia como representações identitárias de Rondônia. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Porto Alegre-RS: Pontifícia universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

_____. A (re)invenção da Rondônia: dos sertões de Roquette Pinto à Amazônia de Getúlio Vargas. **Novos Cadernos Naea**. Belém-PA, v. 16, n. 2, p. 207-224, dez. 2013.

COSTA, Tamiles do Espírito Santo. **Amazônicos e tecnológicos**: os Suruís de Rondônia e suas articulações globais. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Amazônia). Belém-PA: Universidade Federal do Pará, 2012.

CUNHA, Euclides da. **Amazônia** - Um paraíso perdido. Manaus-AM: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas/Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Trad.: Bento Prado Jr.; Alberto Alonso Munoz. Coleção Trans. São Paulo-SP: Editora 34, 1992.

_____. **Mil platôs** – capitalismo e esquizofrenia, vol. 1. Trad.: Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro-RJ: Editora 34, 1995a. (versão eletrônica).

- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 2. ed. São Paulo-SP: Contexto, 2005.
- GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2. ed. Manaus-AM: Editora Valer, 2007
- HAESBAERT, Rogério. Região e rede regional “gaúcha”: entre redes e territórios. **Boletim gaúcho de geografia**, Porto Alegre-RS, n. 21, agosto, p. 15-27, 1996. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38616/26351>. Acesso em: 25/03/2014.
- _____. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea**. Rio de Janeiro-RJ: Bertrand Brasil, 2010a.
- _____. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **Antares, Letras e Humanidades**. Caxias do Sul-RS, n. 3, jan/jun., p. 2-24, 2010b.
- HALL, Stuart. A formação de um intelectual diaspórico – uma entrevista com Stuart Hall, de Kuanhsing Chen. In: _____. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte-MG: UFMG, p. 385-410, 2006b.
- MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano**. São Paulo-SP: Editorial Psy II, 1995
- MIRANDA, Fernanda Chocron. **Cartografia movente: uma postura de pesquisa em comunicação na Amazônia**. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Amazônia). Belém-PA: Universidade Federal do Pará, 2013.
- PACHECO, Agenor Sarraf. **À margem dos marajós: cotidiano, memórias e imagens da “cidade-floresta”** – Melgaço-PA. Belém-PA: Paka-Tatu, 2006.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo-SP: Editora Hucitec, 1998.
- _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e espaço**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- PINTO, Renan Freitas. **Viagem das idéias**. 2. ed. Manaus-AM: Editora Valer, 2008.
- SIMÕES, Vanessa Cristina Ferreira. **Ideadores de bicitaxi: cartografias de experiências estéticas em modos de viver e fazer bicitaxis na Veneza Marajoara (Afuá-PA)**. Relatório de qualificação (Mestrado em Artes). Belém-PA: Universidade Federal do Pará, 2014.
- SOUZA, Carla Monteiro de. **Gaúchos em Roraima**. Porto Alegre-RS: EDIPUCRS, 2001.
- TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida – Uma interpretação da Amazônia**. Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército, 1973.
- VARELA, Francisco. Veinte años después – prefacio de Francisco J. Varela García a la segunda edición. In: MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **De máquinas y seres vivos – Autopoiesis: la organización de lo vivo**. 5. ed. Santiago de Chile-Chile: Editorial Universitaria, 1998.
- VARELA, Francisco; THOMPSON, Evan; ROSCH, Eleanor. **A mente corpórea: ciência cognitiva e experiência humana**. Lisboa-Portugal: Piaget, 2001.